

REGULAMENTO DE FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO (RFA)

APROVADO EM REUNIÃO DO CONSELHO PEDAGÓGICO
14 SET 2015



O Presidente do Conselho Pedagógico



O Vice-Presidente do Conselho Pedagógico

ÍNDICE

CAPÍTULO I	4
DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º	4
Âmbito	4
Artigo 2.º	4
Definições	4
Artigo 3.º	5
Incumprimento do regulamento	5
CAPÍTULO II	5
FREQUÊNCIA	5
Artigo 4.º	5
Calendário escolar	5
Artigo 5.º	5
Matrículas, inscrições e prescrições	5
Artigo 6.º	6
Transição de ano	6
Artigo 7.º	6
Precedências	6
Artigo 8.º	6
Frequência	6
CAPÍTULO III	7
AVALIAÇÃO	7
Artigo 9.º	7
Princípios base	7
Artigo 10.º	7
Modalidades de avaliação	7
Artigo 11.º	8
Defesa em Prova pública	8
Artigo 12.º	9
Avaliação de competências e conhecimento	9
Artigo 13.º	9
Fraudes	9
Artigo 14.º	10
Classificação final das unidades curriculares	10
Artigo 15.º	11
Melhoria de classificação	11
Artigo 16.º	11
Dispositivos de avaliação e acompanhamento pedagógico	11
Artigo 17.º	11
Classificação final do curso	11

CAPÍTULO IV	11
FICHAS E RELATÓRIOS DAS UNIDADES CURRICULARES	11
Artigo 18.º	11
Generalidades	11
Artigo 19.º	12
Composição das fichas de unidades curriculares	12
Artigo 20.º	12
Publicação das fichas de unidades curriculares	12
Artigo 21.º	12
Avaliação e melhoria contínua	12
CAPÍTULO V	13
DISPOSIÇÕES FINAIS	13
Artigo 22.º	13
Dúvidas e omissões	13
Artigo 23.º	13
Entrada em vigor	13

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Âmbito

1. O presente Regulamento de Frequência e Avaliação (RFA) consagra as condições de frequência e avaliação a aplicar nas Unidades Curriculares (UC) que constam dos Cursos ministrados na Escola Superior de Música, Artes e Espetáculo (ESMAE), do Instituto Politécnico do Porto (IPP).
2. O presente RFA visa contribuir para que a avaliação seja adequada, justa e exigente.
3. O presente RFA aplica-se a Cursos de 1º e 2º Ciclos de Estudos (Licenciatura e Mestrado, respetivamente) e a Cursos de Pós-graduação, que constituam a oferta formativa da ESMAE.
4. O presente RFA enquadra-se na legislação vigente, não dispensando o seu conhecimento.
5. O presente RFA poderá ser objeto de reformulação, tendo em conta a experiência resultante da sua aplicação ou eventuais alterações curriculares.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do disposto no presente RFA, entende-se por:

- a) **Ciclo de estudos:** o conjunto organizado de unidades curriculares em que o Estudante deve obter aprovação;
- b) **Unidade curricular (UC):** a unidade de ensino com objetivos de formação próprios que é objeto de inscrição administrativa e de avaliação traduzida numa classificação final;
- c) **Ficha de unidade curricular (FUC):** o documento definidor da UC onde constam, entre outros, os seguintes elementos: denominação, área científica, Docente responsável, créditos ECTS, ano curricular, semestre, regime, tipologia e carga horária, competências, conteúdo programático, metodologias, modalidade de avaliação, método de cálculo da classificação final e referências bibliográficas.
- d) **Crédito:** a unidade de medida do trabalho do Estudante sob todas as suas formas, designadamente, sessões de ensino de natureza coletiva, sessões de orientação de tipo tutorial, estágios, projetos, trabalhos no terreno, estudo e avaliação;
- e) **Créditos ECTS:** os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos);

- f) **Docente responsável pela unidade curricular:** o Docente designado pelo Conselho Técnico-Científico para essa função;
- g) **Resultados de aprendizagem:** o conhecimento e as competências adquiridas pelo Estudante, uma vez completado o processo de aprendizagem;
- h) **Componente de avaliação:** o conjunto de elementos da mesma natureza sobre os quais recaem juízos relativos ao desempenho do Estudante;
- i) **Elemento de avaliação:** o instrumento utilizado para a avaliação de uma componente.
- j) **Atividades letivas:** as atividades que decorrem da lecionação das unidades curriculares do plano de estudo, assim como as atividades promovidas pelos Cursos e Escola com vista à formação do Estudante.
- k) **Componente Dissertação/Projeto/Estágio (DPE):** componente referente aos Cursos de 2º Ciclo considerada como unidade curricular.

Artigo 3.º

Incumprimento do regulamento

As situações de incumprimento do presente RFA são comunicadas ao Presidente da ESMAE e ao Conselho Pedagógico.

CAPÍTULO II

FREQUÊNCIA

Artigo 4.º

Calendário escolar

As datas de início e fim do ano letivo, bem como os períodos de férias e exames, serão fixadas antes do início de cada ano escolar, por despacho do Presidente da ESMAE, ouvido o Conselho Pedagógico.

Artigo 5.º

Matrículas, inscrições e prescrições

Às matrículas, inscrições e prescrições aplica-se o disposto no Regulamento Geral de Matrículas e Inscrições e no Regulamento de Propinas conforme despachos do IPP em vigor.

Artigo 6.º

Transição de ano

1. As regras de transição de ano são fixadas em despacho próprio pelo Presidente da ESMAE, ouvido o Conselho Técnico-Científico e o Conselho Pedagógico.
2. Aos Estudantes que se inscrevam em unidades curriculares de anos diferentes daquele em que se encontram inscritos não é assegurada a compatibilidade de horário.

Artigo 7.º

Precedências

1. O regime de precedências é fixado em despacho próprio, pelo Conselho Técnico-Científico.
2. A aplicação de precedências, num ciclo de estudos, implica que a inscrição na UC do semestre seguinte só possa ser considerada, após aproveitamento à(s) unidade(s) curricular(es) precedente(s).

Artigo 8.º

Frequência

1. Entende-se por frequência a uma UC o número de aulas a que um Estudante esteve efetivamente presente. A frequência será considerada suficiente ou insuficiente conforme o estipulado nos números seguintes.
2. Um número de faltas superior ao limite de 20% implica a obtenção de frequência insuficiente, considerando-se assim o Estudante reprovado a essa mesma UC. Dada a natureza coletiva de algumas UC da ESMAE, excetuam-se desse limite as UC cuja FUC, excecionalmente, preveja um limite diferente.
3. A transferência/substituição de aulas deve ser previamente autorizada pelo Diretor de Departamento e obter a anuência dos Estudantes. A data acordada deverá ser comunicada antecipadamente a todos os Estudantes, havendo lugar à contabilização de faltas.
4. Para os efeitos do número anterior não são consideradas faltas efetivas as que ocorrerem quando exista transferência/substituição de aulas, sem autorização ou acordo prévio.
5. Nas situações em que o Estudante tenha faltado devido a uma incapacidade temporária, pode o mesmo, caso se enquadre no Regulamento dos Estatutos Especiais do IPP, solicitar a concessão do Estatuto para efeitos de frequência (relevação de faltas) e avaliação ao Presidente da ESMAE.
6. O controlo da assiduidade e o registo de faltas em cada UC é da responsabilidade do respetivo(s) Docente(s).

7. A participação e assiduidade do Estudante poderão traduzir-se na classificação final da UC em casos justificados nos termos indicados na FUC.
8. Aos Estudantes com estatuto de estudante-trabalhador, parturiente, praticante de desportivo de alto rendimento, dirigente associativo, portador de deficiência e a outros casos especiais aplicam-se os Estatutos Especiais do IPP, desde que expressamente solicitado pelo interessado no prazo previsto e desde que o estatuto tenha sido devidamente deferido e homologado.
9. Na sequência do ponto anterior, é da responsabilidade dos Estudantes o contacto com os Docentes que lecionem as UC, num prazo máximo de 20 dias consecutivos após o início das aulas respetivas, para ter conhecimento das condições específicas de frequência e avaliação.

CAPÍTULO III

AVALIAÇÃO

Artigo 9.º

Princípios base

1. A avaliação é um processo que tem como objetivo determinar em que medida os resultados da aprendizagem, definidos como, competências e conhecimentos, para cada UC, foram alcançados pelo Estudante, devendo ser possível demonstrar o alinhamento entre estes e os instrumentos de avaliação utilizados (testes, trabalhos, projetos, etc.). Deve ser também garantida a proporcionalidade entre o esforço e o peso de todas as componentes de avaliação.
2. A componente formativa da avaliação, uma das funções da avaliação durante o período de aulas, é uma componente essencial do processo de ensino/aprendizagem, permitindo aos Docentes e aos Estudantes ajustarem em tempo útil as estratégias de ensino/aprendizagem.
3. Todos os aspetos referentes ao processo de avaliação de uma UC encontram-se definidos na FUC. A metodologia de avaliação dos Estudantes é um dos elementos chave que será avaliado em qualquer processo de acreditação/certificação, devendo pautar-se por princípios claros e práticas rigorosas e produzir evidências auditáveis pelas entidades externas.

Artigo 10.º

Modalidades de avaliação

1. A avaliação das competências, conhecimentos e capacidades dos Estudantes é efetuada por UC e pode incluir as seguintes modalidades:
 - a) **Avaliação contínua.** Contempla toda a avaliação que decorra durante as atividades letivas, de acordo com o calendário escolar em vigor;

- b) **Avaliação final.** Contempla toda a avaliação que decorra durante as épocas de exames, de acordo com o calendário escolar em vigor.
 - c) Na FUC, se necessário, devem estar definidos mais do que um dos tipos de avaliação, que resultam da combinação das modalidades definidas anteriormente.
2. A **avaliação contínua**, permite avaliar constantemente os conhecimentos e as competências demonstradas pelos Estudantes no decurso da UC conforme os elementos de avaliação (testes, trabalhos, projetos, apresentações públicas, etc.) discriminados na FUC.
3. A **avaliação final**, enquadrada no Regulamento de Exames do IPP, pode apresentar as seguintes formas:
- a) **Por Prova pública.** Esta será efetuada através de um ato público de apresentação e defesa do trabalho desenvolvido perante um Júri de Avaliação;
 - b) **Por Exame.** Esta será efetuada através da realização de uma prova com componentes escrita e/ou prática e/ou oral.
- 3.1. Existem três épocas de avaliação final durante as quais estão suspensas outras atividades letivas: época normal; época de recurso; época especial.
- 3.2. A inscrição para exames na época de recurso e na época especial é obrigatória, e deverá realizar-se no período fixado no calendário escolar.
- 3.3. Têm acesso à época normal, em qualquer número de UC, os estudantes que satisfaçam as condições fixadas pelo artigo 8.º e as condições estipuladas nas respetivas FUC.
- 3.4. Têm acesso à época de recurso os estudantes que satisfaçam as condições estipuladas nas respetivas FUC e não tenham tido aproveitamento.
- 3.5. Têm acesso à época especial os estudantes que satisfaçam as condições estipuladas no Regulamento de Exames do IPP em vigor.

Artigo 11.º

Defesa em Prova pública

- 1. O estabelecido no presente artigo aplica-se à componente Dissertação/Projeto/Estágio (DPE) dos Cursos de 2º Ciclo, cuja classificação é atribuída com base em Prova pública.
- 2. A Prova pública consiste na apresentação, apreciação e discussão do objeto resultante da componente DPE e realiza-se sob a forma expressa no Regulamento geral de Mestrados.
- 3. A realização da Prova pública será efetuada em dois períodos de avaliação, mutuamente exclusivos: época normal e época especial.

Artigo 12.º

Avaliação de competências e conhecimento

1. A avaliação de competências e conhecimentos, através da utilização de instrumentos de avaliação deve obedecer aos princípios constitucionais da igualdade de oportunidades.
 - a) Devem ser elaboradas rubricas ou documentos com guias de avaliação que promovam uma avaliação rigorosa e homogénea.
 - b) Os resultados da avaliação devem ser comunicados em tempo útil e não deve haver discriminação entre Estudantes ou turmas.
2. A avaliação é da responsabilidade do(s) Docente(s) da respetiva UC, sem prejuízo do disposto no Regulamento de Exames e do presente RFA.
3. A avaliação das apresentações públicas com júri, não integradas na componente DPE do 2º Ciclo, é da responsabilidade do júri designado pelo órgão competente.
4. A avaliação da componente DPE é da responsabilidade do júri designado pelo Conselho Técnico-Científico.

Artigo 13.º

Fraudes

1. É objetivo da ESMAE formar profissionais com altos padrões de responsabilidade e competência técnica, o que não se coaduna com práticas de fraude, que devem ser comunicadas ao órgão legal e estatutariamente competente.
2. Qualquer elemento de avaliação deverá realizar-se em condições que salvaguardem:
 - a) A confirmação da identidade do Estudante;
 - b) A confirmação da entrega do elemento de avaliação;
 - c) A deteção da prática de fraude académica.
3. A fraude académica inclui situações de cópia ou plágio em elementos de avaliação.
4. Considera-se que ocorre cópia em teste ou prova escrita quando o Estudante:
 - a) Recorre a materiais não autorizados pelo Docente;
 - b) Recorre a informação, não autorizada, disponibilizada por terceiros;
 - c) Disponibiliza informação não autorizada a colegas.
5. O plágio consiste na utilização de ideias e/ou trabalho produzido por outros, omitindo a fonte de informação. Considera-se que ocorre plágio quando:

- a) Uma parte ou a totalidade de um trabalho contém materiais não referenciados, isto é, que não são da autoria do(s) Estudante(s) mas que são apresentados como tal, sendo omissa a fonte de onde foram retirados;
 - b) É utilizado, palavra por palavra, o texto elaborado por alguém sem identificar o autor, assim como parafrasear as suas ideias sem o indicar;
 - c) É aplicada a tradução direta sem mencionar as fontes.
- 6. Sempre que o Docente detetar uma situação de cópia, em flagrante, deverá imediatamente anular a prova do(s) Estudante(s) em causa.
 - 7. Sempre que seja detetado plágio o Docente deverá anular o elemento de avaliação do(s) Estudante(s) em causa.
 - 8. Sempre que o Docente tenha uma suspeita de cópia ou plágio deve confrontar o(s) Estudante(s) em causa, ficando a classificação retida até ao pleno esclarecimento da situação.
 - 9. Os casos de fraude académica devem ser comunicados ao Presidente da ESMAE e ao Conselho Pedagógico, sem prejuízo de eventual responsabilidade disciplinar.

Artigo 14.º

Classificação final das unidades curriculares

- 1. A classificação final da UC tem as seguintes menções possíveis:
 - a) AP (Aprovado) – Considerar-se-á aprovado a uma UC, o Estudante que tenha obtido uma classificação final expressa em valores inteiros, na escala de 10 a 20 valores, e que satisfaça as condições fixadas no artigo 8.º.
 - b) R (Reprovado) – Considerar-se-á reprovado a uma UC, o Estudante que tenha obtido uma classificação final expressa em valores inteiros, na escala de 0 a 9 valores, e que satisfaça as condições fixadas no artigo 8.º.
 - c) RF (Reprovado por faltas) – o Estudante não cumpriu os critérios mínimos de frequência fixados no artigo 8.º.
 - d) F (Faltou) – o Estudante não compareceu à avaliação final, ou a nenhuma avaliação durante o semestre;
 - e) D (Desistiu) – o Estudante desistiu da avaliação final, ou das avaliações durante o semestre. O Estudante deverá declarar a sua desistência por escrito.
- 2. Sempre que uma UC seja organizada por módulos, a classificação final é a média ponderada das classificações obtidas em cada módulo, podendo estar sujeita a um valor mínimo.

Artigo 15.º

Melhoria de classificação

1. O Regulamento de Exames do IPP define as regras e procedimentos relativos à melhoria de classificação.

Artigo 16.º

Dispositivos de avaliação e acompanhamento pedagógico

1. Os dispositivos de avaliação estão expressos na FUC.
2. Os Estudantes têm direito a consultar as suas provas de avaliação depois de corrigidas e classificadas, nos termos fixados pelos regulamentos do IPP.
3. Aos Estudantes é devido o atendimento e acompanhamento pedagógico, nas horas fixadas pelos Docentes, no início de cada semestre.
4. Os Estudantes têm direito a consultar os sumários das UC.

Artigo 17.º

Classificação final do curso

1. A classificação final do curso é a média ponderada expressa em valores inteiros, na escala de 10 a 20 valores de todas as UC que integram o plano de estudos, bem como no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.
2. Os coeficientes de ponderação são o número de créditos do sistema ECTS de cada UC do plano de estudos de acordo com o despacho em vigor.

CAPÍTULO IV

FICHAS E RELATÓRIOS DAS UNIDADES CURRICULARES

Artigo 18.º

Generalidades

1. O modo de funcionamento da UC, incluindo os procedimentos de avaliação, é descrito na FUC, a disponibilizar aos Estudantes na primeira aula da respetiva UC.
2. A FUC deverá ser remetida ao Coordenador de Área, antes do início do ano letivo pelo Docente responsável pela UC.

3. O Conselho Pedagógico delibera sobre os métodos de ensino e avaliação da UC em tempo útil que permita a homologação das FUC pelo Conselho Técnico-Científico.
4. São consideradas sem efeito, para o cálculo da classificação final da UC, as classificações de instrumentos de avaliação não discriminados na FUC.

Artigo 19.º

Composição das fichas de unidades curriculares

1. Relativamente aos métodos de ensino e de avaliação, a FUC deverá considerar os seguintes aspetos:
 - a) A carga horária;
 - b) Em todos os tipos e para cada modalidade de avaliação, conforme exposto no artigo 10.º, devem estar discriminados os componentes e elementos de avaliação utilizados;
 - c) As notas mínimas, se aplicável;
 - d) A indicação dos elementos de avaliação e a respetiva ponderação;
 - e) Demonstração da coerência das metodologias de ensino e modalidades de avaliação com os objetivos de aprendizagem da UC.

Artigo 20.º

Publicação das fichas de unidades curriculares

1. As FUC são publicadas no sítio da intranet da ESMAE.

Artigo 21.º

Avaliação e melhoria contínua

1. A possibilidade de auditoria e demonstração de existência de processos de melhoria contínua dos cursos da ESMAE são aspetos essenciais de qualquer processo de acreditação/certificação.
2. Neste sentido, o Docente responsável pela UC efetuará um relatório, no final do respetivo período letivo, em que conste obrigatoriamente uma análise dos resultados de acordo com indicadores em vigor, uma avaliação do cumprimento dos objetivos propostos e sugestões de melhoria de funcionamento, sempre que oportunas.
3. Esse relatório deverá ser entregue aos serviços académicos da ESMAE.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22.º

Dúvidas e omissões

1. As dúvidas de interpretação serão resolvidas por deliberação do Conselho Pedagógico.
2. Os casos omissos serão objeto de resolução caso a caso, cabendo a decisão final ao Presidente da ESMAE, ouvido o Conselho Pedagógico.

Artigo 23.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor a partir do ano letivo 2015/2016.

